

selva urbana

ben wilson

Tradução de Susana Clara

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	9
1 — Na Periferia	19
2 — Parques e Zonas de Lazer	49
3 — A Fenda no Cimento	77
4 — A Folhagem	109
5 — Força Vital	139
6 — A Safra	169
7 — Zootrópole	195
<i>Epílogo — O Fim</i>	221
<i>Notas</i>	243
<i>Ilustrações</i>	261
<i>Agradecimentos</i>	269



INTRODUÇÃO



As suas raízes grossas torcem-se em torno da alvenaria, num emaranhado hipnotizante, que é ao mesmo tempo belo e aterrorizador. Elas destroem estradas e rasgam o cimento. As poderosas figueiras-de-bengala são os algos das cidades. As suas sementes, transportadas pelo vento ou deixadas cair pelos pássaros, aninham-se em pequenas fendas nas estruturas construídas pelos humanos. As raízes emergem e afundam-se à procura de nutrientes, envolvendo a pedra, o cimento ou o asfalto numa malha até conseguirem explorar um sulco para encontrarem sustento. As figueiras-de-bengala adequam-se perfeitamente ao ambiente urbano, seco e duro. Não há barreira que não consigam superar. Elas prendem paredes e edifícios indefesos com raízes retorcidas como os tentáculos de um monstro marinho mítico, a estrangular a sua presa num abraço de morte esmagador.

Que hipóteses tem uma cidade contra tal poder? O complexo Angkor Wat, no Camboja, com os seus templos indefesos nas garras das figueiras-de-bengala, revela o que acontece quando elas enlouquecem.

Contudo, as figueiras-de-bengala, apesar de todo o seu potencial para destruírem cidades, são uma árvore urbana por excelência no Sudeste da Ásia. Cantão tem o surpreendente número de 276.200. Ao caminhar pela Rua Forbes, em Hong Kong, poderá ver o poder majestoso das figueiras-de-bengala, com vinte e duas delas agarradas a uma secção da parede, as suas copas a projetarem sombra rua abaixo. Ninguém as plantou, mas,

mesmo assim, prosperam ali. Como qualquer cidadão urbano, conseguem adaptar-se a um ambiente hostil. Jim Chi-yung, «Professor Arborista» de Hong Kong, contou 1275 epífitas — árvores tropicais que podem viver em quase qualquer superfície — crescendo, contra todas as probabilidades, de 505 estruturas feitas pelo Homem na cidade. A mais comum é a *Ficus microcarpa*, a figueira-asiática, e alguns espécimes atingiram uma altura de 20 metros. «Elas não ocupam um espaço significativo no solo», explica ele, «e crescem espontaneamente com pouca intervenção humana ou cuidado... oferecem um habitat especial com um rico complemento de flora enriquecendo significativamente uma paisagem urbana que, de outra forma, não teria árvores».¹

Hong Kong é conhecida pelos seus arranha-céus e densidade, mas olhe-se de outra forma, e é uma cidade de figueiras-de-bengala que desafiam a gravidade, arranha-céus da natureza, uma floresta suspensa que junta cultura humana a natureza selvagem. As figueiras-de-bengala da Rua Forbes lembram uma forma antiga de urbanismo asiático. Árvores como a figueira-de-bengala encontraram o seu lugar na paisagem urbana, apesar do seu enorme tamanho e poder destrutivo, porque eram sagradas. Também ofereciam serviços ambientais, sendo provedoras de sombra refrescante. Quando os Europeus chegaram ao oceano Índico, ao estreito de Malaca e ao mar da China Meridional, na esteira da expansão colonial portuguesa a partir do final do século xv d.C., encontraram cidades muito diferentes das metrópoles compactas e despojadas de árvores da Europa. Um jesuíta francês descreveu a cidade portuária Aceh da grande Sumatra: «Imaginem uma floresta de coqueiros, bambus, ananases e bananas... coloquem nesta floresta um número incrível de casas... dividam [os] vários bairros por prados e bosques; espalhem por esta floresta tantas pessoas quanto as que veem nas vossas cidades, quando são bem povoadas; [e] terão uma ideia bastante precisa de Aceh... Tudo é negligenciado e natural, rústico e até um pouco selvagem. Quando estamos ancorados, não se vê um único vestígio ou vislumbre de uma cidade, porque as grandes árvores ao longo da costa escondem todas as suas casas.»²

Negligenciada, natural, rústica e selvagem: isto é a cidade e a natureza entrelaçadas de uma maneira que fomos treinados para ignorar ou desconsiderar. Esta «ruralópolis» pode ter sido característica dos trópicos e da Mesoamérica, mas, em cidades de quase todas as latitudes, o verniz da civilização é fino como o papel. Se raspamos a superfície, descobriremos um mundo repleto de vida selvagem.

Ao escrever *Selva Urbana*, propus a mim mesmo a tarefa de explorar o lado selvagem das cidades — as partes da vida urbana que há muito estão longe do alcance do historiador: os monturos e as lixeiras, os locais abandonados e os telhados vazios, as faixas de terra por trás de cercas de arame e ao longo das linhas ferroviárias. Durante grande parte da história, as manchas selvagens nas cidades, com a sua flora e fauna, forneciam comida para a panela, combustível para o lume, ingredientes para remédios e locais para brincadeiras e lazer. A linha que separava a cidade do campo era ténue. Foi apenas nos tempos mais recentes que rompemos com essas tradições.

O lado desordenado das cidades — a cidade alternativa de rachas no pavimento, estaleiros de construção, pântanos esquecidos e terrenos baldios irregulares — é onde a natureza reina livremente e floresce com abandono selvagem. O que mais me surpreendeu ao fazer a pesquisa para o *Selva Urbana* não foi tanto a extraordinária abundância de natureza nas cidades (embora isso seja sem dúvida notável), mas o puro dinamismo do ecossistema urbano. A parte natural das cidades é tão inquieta, rápida e cosmopolita como a humana. Acontecem coisas incríveis nas cidades. Todos sabemos isso. Contudo, muitas vezes, acontecem em fendas no cimento ou em jardins suburbanos despretensiosos. Escolhi uma abordagem histórica e global, porque só olhando profundamente para o passado, examinando o presente e lançando um olhar para o futuro é que podemos realmente começar a compreender o abundante potencial do mais deslumbrante dos ecossistemas.

Hoje, estamos muito interessados na natureza que há na cidade, e por um bom motivo, numa era de emergência climática e biodiversidade em colapso. Neste livro, vou além desse despertar de consciência e analiso a longa e complicada relação entre os moradores da cidade e o meio ambiente dentro e nos limites das suas metrópoles. Existe uma ligação profunda e intrínseca entre a urbanização e a natureza; a cidade é um ecossistema. Só temos de o descobrir — ou redescobrir. Esta é, acima de tudo, uma história sobre pessoas que ansiavam por um pouco de verdura em meio ao cinzento, sobre como lutaram contra construtores, projetistas e investidores. Acima de tudo, quero alertar para o que acontece quando essa ligação se rompe.

Nova Iorque tem mais espécies do que o Parque Nacional Yosemite. Uma refinaria de petróleo abandonada em Canvey Island, Essex, foi apelidada de

«floresta tropical da Inglaterra», tão abundantes são as suas plantas raras e insetos. As cidades australianas albergam mais espécies ameaçadas por quilómetro quadrado do que as áreas não-urbanas. Em vez de serem estéreis ou mortíferas, as áreas urbanas e as suas periferias têm uma biodiversidade espantosa, frequentemente mais do que as áreas rurais próximas. Levámos muito tempo a perceber isso.

«Em lado nenhum estive a Humanidade mais distante da natureza orgânica do que sob as condições de vida características das grandes cidades.» Assim escreveu o sociólogo americano Louis Wirth na década de 1930. Talvez, agora, vejamos as coisas de maneira diferente, ou estejamos a começar a vê-las, mas Wirth chamou a atenção para um sentimento comum. A cidade e o campo eram considerados dois reinos irremediavelmente divididos. Se queria paisagens bucólicas e silvestres, tinha de deixar a cidade. Em *A Pequena Dorrit* (1857), Charles Dickens evocou a cidade mortífera do século XIX: «Ruas melancólicas num traje penitencial de fuligem impregnavam as almas das pessoas que haviam sido condenadas a olhar para elas pelas janelas, num terrível desânimo... Sem retratos, sem animais desconhecidos, sem plantas ou flores raras, sem maravilhas naturais ou artificiais do mundo antigo... Nada para ver além de ruas, ruas, ruas. Nada para respirar além de ruas, ruas, ruas. Não para mudar a mente taciturna, ou para a animar... Quilómetros de poços fechados e fossas de casas, onde os habitantes ofegavam por ar, se espriavam para longe na direção de todos os pontos da bússola. Através do coração da cidade, um esgoto mortal vazava e fluía, em vez de um belo rio fresco.»

Para mim, esta última frase resume eloquentemente por que razão as atitudes em relação à natureza na cidade se tornaram tão pessimistas. Outrora, os rios, córregos e lagos haviam sido fonte de vida; por causa da industrialização do século XIX, tornaram-se reservatórios fétidos de morte, poluídos com efluentes industriais, restos putrefactos e esgotos a céu aberto. Da mesma forma, a vida animal da cidade — os milhares de cavalos que mantinham a cidade em movimento, as ovelhas, vacas, aves e porcos abatidos todos os dias, as matilhas de cães que vasculhavam os montes de lixo — tornou-se transmissora de doenças zoonóticas letais.

O generalizado mito urbano de um crocodilo que habitava num esgoto é revelador. A vida selvagem na cidade tornara-se uma ameaça à esprieta, um perigo mutante, distorcido e antinatural que se sustentava no eflúvio imundo da Humanidade. O ecossistema urbano era visto como uma ameaça poluída e envenenada à saúde humana. Os ecologistas seguiram

o exemplo: a verdadeira natureza existia noutra lugar, longe da metrópole tóxica e fumarenta com os seus animais doentes, ratos imundos e vegetação invasora sinistra. Até meados do século xx, a cidade não era um assunto adequado para o estudo de um botânico que se prezasse.

A desordem das cidades tornara-se uma questão de morte. O movimento para as organizar e sanitizar envolveu um ataque aos processos naturais. Rios e córregos foram deixados no subsolo e integrados no sistema de esgotos. Matagais e pântanos foram asfaltados. Algumas páginas após o sombrio retrato de Dickens sobre a morte da natureza na cidade moderna de *A Pequena Dorrit*, encontramos uma casa velha enfeitada com um «emaranhado de raízes» e «coberta de ervas daninhas». Ah! Ah! Afinal havia vegetação na cidade monótona. Mas, infelizmente, é do tipo errado.

As cidades industriais já estavam cobertas por vegetação. Contudo, no século xix, a tolerância à vegetação espontânea — outrora, grande parte dela fonte de alimento — havia desaparecido. As extensas paisagens de ervas daninhas das cidades europeias e americanas, em particular, que antes tinham autorização para crescer, geravam ansiedades sociais. Uma pista sobre o porquê vem do clássico romance pós-apocalíptico de George R. Stewart, *Earth Abides* (1949): «A relva e as ervas daninhas cresciam verdejantes por qualquer fenda no cimento», logo após uma pandemia exterminar a maior parte da população humana. Sinais da natureza a reivindicar o ambiente antrópico tornaram-se marcadores de colapso social e abandono. No início do século xix, Percy Bysshe Shelley descreveu o Coliseu romano como quase indistinguível de uma colina rochosa do Mediterrâneo coberta de oliveiras selvagens, murtas e figueiras: «O bosque cobre-nos enquanto vagueamos pelos seus labirintos, e as ervas daninhas desta região de flores medram sob os nossos pés.»

O Coliseu foi, durante séculos, um paraíso de biodiversidade, com 420 espécies de plantas, muitas delas exóticas, em pleno século xix. Contudo, rapidamente, seriam arrancadas quando os antigos edifícios de Roma foram restaurados para servirem como monumentos e atrações turísticas. A vitória da natureza num cenário urbano — mais evidente em Roma — foi considerada como uma prova terrível da derrota da civilização. No final do século xix, a cidade maia perdida de Tikal e o que restara de Angkor Wat, ambos devorados por florestas tropicais, apoderaram-se do imaginário: aqui estava o destino final de todas as cidades apresentado com detalhes vívidos. As cidades perdidas da selva e os monumentos decadentes como o

Coliseu serviram como poderosos alertas para os perigos de deixar a natureza tornar-se selvagem. A vegetação desordenada e o entrelaçamento entre os edifícios e a natureza simbolizavam o abandono e, em última análise, a queda das civilizações.

Shelley imaginou uma Londres do futuro como «ruínas disformes e anónimas no meio de pântanos despovoados», apenas com garças barulhentas a quebrarem o silêncio das «ilhotas de junco e vimes». A encharcada Londres do futuro na visão de Shelley também é a Londres do passado — um pântano que existia antes de os humanos chegarem e o drenarem. Poderia ser Berlim ou Lagos, Nova Iorque ou Xangai, Paris ou Banguécoque — na verdade, qualquer uma das centenas de cidades construídas sobre pântanos. Um dia, mais cedo ou mais tarde, a lama voltará a reaparecer e engolirá tudo. A alegoria é comum em romances e filmes: assim que acontece um desastre, a cidade, gradualmente, volta ao estado natural, coberta de árvores e ervas daninhas que estilham a alvenaria e fendem arranha-céus com estruturas de aço, habitada por animais selvagens. A visão recorda-nos da nossa insegurança e do incrível e inevitável poder da natureza.

A flora das cidades começou a ser atacada — por regulamentos severos contra as ervas daninhas e, mais tarde, por oceanos de herbicidas químicos e batalhões de trabalhadores armados com roçadoras. A vegetação urbana — do género que é detalhado no capítulo 3 — passou a ser classificada, assim como a poluição, como uma fonte de ansiedade social. Por ser (como muitos moradores da cidade) indisciplinada, tenaz e resiliente, tornou-se abominada como erva daninha. Quando essas plantas perderam a sua utilidade como alimentos e remédios, tornaram-se mal-amadas, indesejadas e, conseqüentemente, feias. O mesmo pode ser dito sobre os rios, assim que a água começou a chegar canalizada de outro lugar, e sobre as florestas urbanas, uma vez que a madeira foi substituída por carvão e gás como as principais fontes de combustíveis. Também aconteceu o mesmo à paisagem urbana das herdades — outrora tão produtiva e visível nas cidades — quando a comida começou a chegar mais barata de campos distantes. Não é de admirar que a divisão imaginária entre cidade e campo se tenha tornado cada vez maior. Quando as cidades se tornaram independentes dos ecossistemas das regiões interiores mais próximas, a ligação entre saúde ambiental e urbana tornou-se mais difícil de distinguir. A engenharia e a tecnologia substituíram os processos naturais. Perdeu-se o equilíbrio entre a natureza e a cidade; só agora é que estamos a tentar chegar a uma solução para isso.

Isto não quer dizer que não existia natureza na cidade. Pelo contrário:

a industrialização marcou o nascimento do moderno parque citadino, mas este andava de mãos dadas com um novo conceito de natureza. Chamo-lhe natureza urbanizada em vez de natureza urbana. Os parques das cidades são lugares onde a natureza é organizada e simplificada; onde a espontaneidade e a desordem da vida selvagem são mantidas sob controlo; onde a compulsão humana para dominar é mais visível. Se a natureza existisse nas metrópoles, seria estritamente de acordo com os termos humanos. O processo é tipificado pelos relvados — todos aqueles hectares de relva bem-tratada, fertilizada, encharcada em pesticidas e muitas vezes sem vida. Os nossos padrões de beleza e aceitação sofreram uma mudança profunda — ou, pelo menos, os padrões daqueles que tinham poder, que poderiam impô-los aos cidadãos mais pobres e aos colonizados. Ervas daninhas e crescimento espontâneo, herdades malcheirosas e pântanos desordenados, animais selvagem e rios indómitos, tudo representa abandono quando se manifesta no reino urbano.

No entanto, apesar de todo o tempo e dinheiro gastos a embelezar as cidades, as formas da natureza indesejadas e desprezadas sobreviveram. As ervas daninhas permanecem, como fugitivas; elas encontram habitat nos lugares que abandonámos e ignorámos. Os animais selvagens infiltraram-se silenciosamente no labirinto, aumentando a sua população e aprendendo novas formas de conviver com os humanos. Sem lhes prestarem muita atenção, os ecossistemas urbanos continuaram a evoluir de formas surpreendentes. Só muito recentemente é que começámos a apreciar o valor incalculável desses ecossistemas e da natureza selvagem em toda a sua glória desordenada.

Diante de uma emergência climática, as cidades estão numa posição precária. Apesar de todas as maravilhas da engenharia, simplesmente não foram projetadas para lidar com temperaturas mais elevadas, tempestades imprevisíveis e o aumento do nível da água do mar. A engenharia não é suficiente para salvar os habitantes da cidade; em vez disso, o foco mudou para aquilo que é apelidado de infraestruturas verdes.

As cidades precisam, urgentemente, de voltar a ter rios naturalizados, pântanos, marismas e copas de florestas urbanas, que fornecem sombra, para resistirem à crise climática. Se imaginar a cidade do futuro, pense menos em tecnologia inteligente, carros voadores e arranha-céus; pense mais em cascatas de folhas, quintas em telhados planos, prados urbanos

irregulares e densos bosques. As cidades estão a mudar rapidamente, como sempre fizeram. A tendência no século XXI será para que se tornem mais ecológicas, quando mais não seja como uma forma de defesa. A linha divisória entre a cidade e a área selvagem irá ficar mais ténue.

As cidades têm muitas áreas verdes, mas há muito mais oportunidades para estender a vegetação a todos os cantos, se quisermos. Nas áreas urbanas abundam os espaços não utilizados e mal utilizados. Pense em todos aqueles telhados planos áridos, todo aquele espaço desocupado entre os edifícios e ao longo das estradas, e a imensa área dedicada à condução e ao estacionamento de automóveis. E temos também os jardins suburbanos, que podem representar cerca de um quarto da área de uma cidade. Esqueçam os parques — a natureza é capaz de se insinuar em quase todos os ambientes construídos, se apenas a deixarmos crescer. O espaço que podíamos abrir para a natureza é imenso. O desafio para o século XXI é construir cidades que sejam, pela primeira vez, biofílicas, que incentivem ativamente e que maximizem um ecossistema funcional.

Por que razão devemos transformar as nossas cidades dessa forma? A selva urbana torna as cidades mais biodiversas e ajuda a mitigar os efeitos das alterações climáticas por forma a, muito francamente, ajudarem-nos a sobreviver. Isso torna-as lugares onde queremos viver. Incentivar e maximizar a vegetação desenfreada torna as cidades bonitas; os ambientes urbanos são, afinal, o nosso habitat predominante, e continuamos a ser instintivamente atraídos pela natureza. Mais importante ainda, há estudos que têm demonstrado que o acesso fácil a espaços verdes melhora significativamente a saúde física e mental. Além disso, reduz o stresse e melhora o desenvolvimento cognitivo das crianças. E não é qualquer tipo de «natureza». Os benefícios psicológicos e físicos dos espaços verdes urbanos estão fortemente correlacionados com a riqueza de espécies. Os tipos de biodiversidade em áreas urbanas semisselvagens são muito melhores para nós do que as paisagens simplificadas, como os parques. O que beneficia a abelha e a borboleta, o falcão e a raposa, também nos torna mais saudáveis e felizes. Devemos tornar as nossas metrópoles contemporâneas um pouco mais parecidas com a Aceh do início da era moderna — negligenciadas, naturais, rústicas e selvagens —, porque a biodiversidade prospera na confusão entrelaçada, e nós prosperamos com ela. Está a tornar-se cada vez mais claro que as cidades, se forem bem administradas, podem fornecer refúgio para as plantas, os animais e insetos que estão a ver os seus habitats a serem destruídos pela agricultura intensiva e pelas alterações climáticas.

Com até um quinto da superfície de uma cidade em pousio como estaleiros de obras vazios, um quarto corresponde a jardins privados e até um décimo diz respeito a prados ao longo das estradas e a rotundas, as áreas urbanas têm muitos espaços verdes que podem ser geridos para a complexidade biológica. Quando se acrescenta parques, cemitérios, campos de golfe, rios, loteamentos, telhados planos e redes de terras secundárias, descobrimos um intrincado mosaico de habitats variados. As atividades humanas e os processos naturais estão interligados. O que fazemos desse relacionamento depende de nós.³

Ao longo da nossa vida enquanto espécies urbanas, procurámos, de formas diferentes, fazer as cidades mais habitáveis, tornando-as mais verdejantes. Muitas vezes, rejeitámos a cidade tradicional e procurámos outra coisa, inventando cidades-jardim ou suburbanizando numa escala titânica em busca do equilíbrio ideal entre a cidade e o campo.

A história que desvendo atesta a força dessa vontade de conviver com a natureza. Hoje, em muitos lugares do mundo, as cidades estão a tornar-se mais verdes do que nunca. Contudo, na maioria (embora não em todos) dos casos, esse movimento é mais aparente em ricas metrópoles pós-era industrial. Para a maioria dos habitantes urbanos — particularmente os cerca de mil milhões de pessoas que vivem em bairros de lata e outras «povoações» informais —, o acesso a qualquer tipo de natureza é um bem raro. E sempre foi assim. As partes mais verdes e agradáveis das cidades estavam sempre reservadas para os mais ricos. Estender os benefícios da natureza urbana a todas as partes da metrópole é uma questão de justiça social.

A minha esperança é que, se passarmos a ver as cidades como ecossistemas intrigantes e valiosos por si só, possamos reavaliar a posição das cidades dentro do ecossistema planetário. Apesar de toda a sua biodiversidade latente ou oculta e de todas as mudanças que estamos a fazer, as cidades ainda são forças violentamente destrutivas, responsáveis pela maior parte das emissões de carbono, poluição, desperdício no uso de recursos e extinção de espécies. Por exemplo, Nova Iorque consome mais energia e emite mais poluição do que toda a África subsariana. Uma das questões mais urgentes do presente é criar cidades sustentáveis com pegadas ecológicas substancialmente reduzidas. Um bom ponto de partida é, certamente, entender e apreciar o ecossistema peculiar que moldámos e que se encontra, por vezes invisível, à nossa porta e debaixo dos nossos pés.



1.



NA PERIFERIA

O limite. Os arredores. A interface entre a cidade e o campo. *Desakota*. Zona de penumbra. Interzonal. Rurbano. Periurbano. Subúrbio. Exúrbio. Terreno desocupado. O interior. Existem muitas palavras para definir os estranhos limites da metrópole, o lugar onde a cidade choca contra a natureza. Victor Hugo apelidava-os de «o campo ilegítimo»: «Observar a orla da cidade é observar um anfíbio. O fim das árvores, o começo dos telhados, o fim da erva, o começo das pedras da calçada, o fim dos campos cultivados, o começo das...»

Se ao menos pudesse ser assim tão claro. Muitas vezes, a orla urbana é uma zona de transição. O termo *desakota* é composto pelas palavras indonésias *desa* (aldeia) e *kota* (cidade). Descreve uma área liminar onde a agricultura intensiva e a vida na aldeia se misturam com a indústria, os subúrbios, as aldeias ocupadas ilegalmente e os sistemas rodoviários em espiral. Aplicado à expansão sem fim das regiões rurais-urbanas dos países em desenvolvimento no Sudeste da Ásia, no subcontinente e em África, *desakota* expressa o estranho hibridismo das periferias urbanas modernas em todo o mundo, com a sua mistura incômoda de usos — quintas e centros comerciais, parques de escritórios e trechos de florestas antigas, campos de golfe e parques de campismo, reservatórios e lixeiras, escritórios fora das cidades e terrenos baldios abandonados. Todos conhecemos esses arrabaldes.⁴

Esta misteriosa zona foi a inspiração de Ernest Lawrence na Nova Iorque do final do século XIX, princípio do século XX. Nos seus quadros dos arredores da metrópole, podemos ver o estado deplorável da zona campestre de Manhattan à medida que os blocos de apartamentos tomam conta dela como um exército invasor. Tudo o que é rural e selvagem tornar-se-á uma grelha nivelada de ruas assim que a rocha for dinamitada, a terra aplanada e as árvores cortadas. Nesse ínterim, este é um lugar de campos abandonados tomados por ervas daninhas. «Quem além de Lawson poderia dar beleza a uma região infestada com cabanas miseráveis, árvores desoladas, lixeiras e todas as outras familiaridades impossíveis de qualquer subúrbio deserto?», perguntou um dos seus patronos.

Lawson capturou o momento pouco antes de a natureza ser convertida em betão. A vanguarda nunca se mantém por muito tempo. Escrevendo mais ou menos na mesma altura, o naturalista James Reuel Smith disse que o terreno da Rua 72 de Nova Iorque fora «uma floresta em estado primitivo» até à década de 1880. Tudo isso desaparecera em duas décadas, substituído por «faixas de asfalto e relvados bem aparados». Teríamos de nos aventurar até Washington Heights, perto do que se tornaria a Rua 171, para ver a «floresta quase intacta, colina acima e vale abaixo, intercalada por ravinas profundas, com numerosos riachos barulhentos, rochas, uma árvore caída e toda uma região selvagem característica de um lugar distante no país por volta de 1900. Mas não por muito tempo: todos os dias, isto foi desaparecendo de vista com tal celeridade que será apenas uma questão de meses até já não restar nada na ilha de Manhattan.»⁵

O reordenamento total da paisagem começou com a colonização europeia e acelerou no século XIX, quando a população de Nova Iorque cresceu de 33.000 em 1790 para 515.000 em 1850, e 3,48 milhões por volta de 1900. À medida que a população crescia, a cidade expandia-se para os pântanos e prados que faziam da baía do Hudson uma das áreas mais biodiversas do planeta. Conforme detalhado no arrepiante e magnífico livro de Ted Steinberg, *Gotham Unbound: the ecological history of Greater New York*, as colinas foram aplanadas e os pântanos foram preenchidos com detritos e montes de lixo. A drenagem, o preenchimento e a urbanização das áreas húmidas «feias» e «inúteis» foram aclamados como uma «melhoria pública» por imprensa, políticos, urbanistas e promotores imobiliários como forma de transformar o vazio improdutivo em dólares. Nas décadas de 1930 e 40, áreas pantanosas, que no seu conjunto equivaliam à área de Manhattan,

desapareceram numa fúria de desenvolvimento. E isso foi apenas o levantar de véu para um ataque mais contínuo nas décadas que se seguiram.⁶

Os aeroportos internacionais de LaGuardia, JFK e Newark foram construídos sobre pântanos terraplenados. Assim como os maiores terminais marítimos. Os 12.950 hectares de pântano de cedros-brancos em Hackensack Meadows, Nova Jérсия — um deserto a apenas oito quilómetros do Empire State Building —, foram avidamente vistos como «potencialmente a mais valiosa área não construída do seu género do mundo». Os escombros dos ataques aéreos a Londres — trazidos como lastro nos navios que regressavam — foram atirados para os pântanos, junto com lixo e resíduos químicos. Em 1976, haviam sido reduzidos a 2671 hectares. O urbanista mestre de Nova Iorque Robert Moses olhou para um dos últimos grandes pântanos intactos da metrópole na década de 1940 — 1052 hectares de pântano em Fresh Kills, Staten Island — e lambeu os lábios perante a «enorme área de prados... que atualmente não tem valor». O primeiro passo para a sua conversão de tesouro ecológico em terrenos valiosos foi — como sempre — enchê-la de lixo. Fresh Kills tornou-se a maior lixeira do mundo em 1955. Durante anos, recebeu 29.000 toneladas de lixo gerado pela cidade todos os dias. As marismas planas haviam-se transformado, em poucos anos, numa cordilheira de dejetos humanos, cujo picos atingiam uma altura de 68 metros. Visível de Manhattan, Fresh Kills tornou-se um terrível monumento ao que as cidades fazem ao ecossistema. Elas consomem o mundo natural com um apetite voraz, e os resultados são poluição e lixo, envenenamento dos rios e pântanos e a conversão de habitats naturais em aterros sanitários tóxicos.⁷

Em meio a esta orgia de destruição em Fresh Kills, o ex-comissário para o saneamento de Nova Iorque Samuel J. Kearing viu a destruição acelerada da área pantanosa e perguntou o que era mais importante, o desenvolvimento urbano irrefletido «ou a preservação dos pássaros e da comunidade biológica da qual eles — e nós — fazem parte». «Eu votaria nos pássaros», declarou. «E julgo que muito mais pessoas votariam também, se me tivessem acompanhado na primeira inspeção que fiz ao aterro de Fresh Kills quando estava no Departamento Sanitário. Tinha um certo ar de pesadelo. Ainda me lembro de olhar de uma torre de controlo para a operação lá em baixo e pensar que Fresh Kills... fora, durante milhares de anos, um pântano salgado que melhorava a vida, magnífica, abundante. E em apenas vinte e cinco anos desaparecera, soterrado por milhões de toneladas de lixo da cidade de Nova Iorque.»⁸

Ele era uma voz solitária. «Empurrámos o mar e terraplenámos o pântano para construir parques e aeroportos», exaltava o *The New York Times* em 1946, celebrando a vitória da metrópole sobre os constrangimentos que a natureza lhe impunha. O «caminho para o progresso», dizia, era o resultado do «uso sábio do lixo e de outros dejetos» na criação de terra seca em pântanos. Os limites naturais ao crescimento foram obliterados. A ecologia e a paisagem dos arredores eram um recurso para ser consumido, transformado e completamente refeito, e havia pouco compromisso; no final do século xx, 90 por cento das zonas húmidas salgadas e de água doce haviam desaparecido para sempre.⁹ A conversão da natureza em cidade, a recuperação do, aparentemente, inútil em algo lucrativo e a transformação total da paisagem na região da grande Nova Iorque foram precursores para o desenvolvimentos em todo o mundo, no final de século xx. Vejamos Singapura, onde, como em Nova Iorque, um local pouco promissor foi redesenhado para explorar as suas vantagens geográficas como um polo comercial. Durante o período colonial, Singapura adicionou 299 hectares à sua massa de terra ao terraplenar mangueirais, drenar pântanos e expandir a linha costeira. Nas três décadas que se seguiram à sua independência, em 1965, a cidade-estado subtraiu ao mar uns adicionais 13.800 hectares, expandindo maciçamente o seu tamanho e (literalmente) preparando o terreno para a sua ascensão económica. Como resultado, quase todo o litoral de Singapura é artificial, com consequências devastadoras para a profusa biodiversidade da área. Apenas cinco por cento dos 78 quilómetros quadrados de floresta de mangues que existiam em 1819 sobrevivem até hoje. A maior parte das praias arenosas desapareceu, enquanto 60 por cento dos 104 quilómetros quadrados de recifes de corais foram obliterados.

Assim acontece com cidade após cidade em todo o mundo: ecossistemas inteiros são refeitos para preparar o caminho para o desenvolvimento económico. Os limites aquáticos das cidades — os pântanos mal-amados, as densas florestas de mangue e os recifes de coral invisíveis — representam o confronto entre a cidade e a natureza e, mais importante, o Antropoceno. A rápida perda das arenosas terras limítrofes da Nova Iorque de Lawson tornou-se uma característica de cidades em todo o planeta no final do século xx e além, enquanto o resto do mundo imitava a rapidíssima urbanização americana. Um observador do moderno «campo bastardo» do Bangladesh escreveu: «Existem poucos horizontes desprovidos de povoações, mas onde começam e acabam é, muitas vezes, impossível de perceber.» Entre 1982 e 2012, 17.401.474 hectares de terras agrícolas, florestas e áreas selvagens

foram suburbanizados nos Estados Unidos, uma área do tamanho do estado de Washington. São 0,81 hectares de espaço aberto reivindicados pelos subúrbios a cada minuto.¹⁰

Os limites urbanos e os subúrbios monótonos dificilmente são considerados românticos; passamos por eles apressadamente. Contudo, precisamos de prestar atenção a esta facilmente evitada e desprezada área interzonal. As terras limítrofes representam o habitat que mais rapidamente muda no planeta. São o local do ecoapocalipse, o cemitério da flora e fauna ameaçadas. Os arredores urbano-rurais também se estão a tornar o habitat predominante da espécie *Homo sapiens*.

Todos os dias, uma área de terra do tamanho de Manhattan é urbanizada. Isto é a cidade como um acontecimento de extinção em massa. Em 2010, 50 por cento dos humanos viviam em cidades; em meados do século, o número passará para 75 por cento. E estamos a espalhar-nos: a proporção de terra coberta por betão e asfalto está a crescer, significativamente, mais depressa do que a população. Até 2030, dois terços da malha urbana terão sido construídos desde 2000. Não é tanto a escala que nos deve alarmar, mas a localização dessa expropriação. Optámos por localizar as nossas cidades em deltas, floresta tropicais, bosques, pastagens e pântanos — os mais importantes pontos de biodiversidade do planeta, os quais possuem ecossistemas que são vitais para a nossa sobrevivência. O impacto local na ecologia é grave, mas, cumulativamente, os danos ao ecossistema global são desastrosos e irreversíveis.¹¹

Em todo o planeta, 423 cidades em rápida expansão estão a devorar os habitats de mais de três mil espécies já criticamente em perigo. As florestas tropicais da Amazónia, da Indonésia e da bacia do Congo estão a ser destruídas. As abundantes regiões húmidas tropicais da região indo-birmanesa, a África ocidental e a China estão em declínio acentuado por causa da urbanização. Adis Abeba perdeu 24 por cento da sua agricultura periurbana em apenas cinco anos. A área metropolitana de Jacarta engoliu 1813 quilómetros quadrados de vegetação das suas áreas limítrofes nas últimas três décadas; a agricultura foi empurrada para longe da cidade pela onda de urbanização, destruindo florestas outrora remotas e intocadas. O resultado de devorar as áreas de vegetação ao redor da cidade é esta ser destruída por inundações e pela subida do nível das águas do mar: a própria existência de Java está em risco. Tanto Nova Iorque como Nova Orleães sacrificaram as vastas áreas de pântano que antes as defendiam dos furacões, das inundações e da subida do nível das águas do mar. Nova Deli e Pequim

estão a enfrentar uma desertificação depois de terem destruído o manto verde das florestas que as protegiam da poeira e da areia. Para o futuro da Humanidade e do planeta, pode haver pouco lugares mais importantes do que os negligenciados e mal-amados arredores das cidades. Esta é a história das alterações climáticas globais contada em milhões de escalas locais.

Os limites de uma cidade são o seu sistema de suporte de vida; um ecossistema funcional de florestas, pastagens, pântanos e marismas são amortecedores essenciais contra os múltiplos efeitos das alterações climáticas. No entanto, este é o terreno mais vulnerável à nossa ganância pelo desenvolvimento. Os perigos são claros e presentes. Invasões em ecossistemas até então intocados significam que mais povoações humanas são empurradas para encontros próximos com a vida selvagem. A fauna em habitats degradados na periferia urbana tem maior probabilidade de se tornar uma fonte de doenças zoonóticas que transmitem novos patógenos mortais; as cidades lotadas de humanos são os seus locais de reprodução perfeitos, a partir de onde as pandemias se espalham por toda a rede urbana planetária a uma velocidade assombrosa. Se nos preocupamos com o nosso futuro na Terra, devemos concentrar-nos na fronteira entre as cidades e a natureza: é um campo de batalha.

Uma noite quente de primavera faz as pessoas saírem da cidade claustrofóbica e cheia de regras, através dos portões nas suas muralhas, para a liberdade selvagem do campo. É uma massa colorida de gente que se acotovela. Os habitantes da cidade abandonam os seus modos urbanos, aprendizes lado a lado com dignitários cívicos, homens a conviverem com mulheres, as regras de classe e género temporariamente esquecidas no ar fresco e nos campos.

Esta é a famosa segunda cena do *Fausto*, de Goethe, quando o povo sai da pequena e fortificada Leipzig para uma noite de liberdade. A fronteira entre a cidade e o campo, ordem e liberdade, é rígida. Porém, escapar dos limites da cidade nunca está muito longe. Na literatura alemã, as cidades são rodeadas por florestas primitivas e selvagens, os esconderijos dos lobos, fadas, anões e animais mágicos dos Irmãos Grimm. As florestas eram mais importantes do que os campos agrícolas porque forneciam uma das principais necessidades da cidade — combustível. Uma cidade medieval como Nuremberga ia buscar a sua comida até 160 quilómetros de distância; mas precisava de ter a sua madeira (cujo transporte era caro) perto, nas florestas

que confinavam com as suas muralhas. Este é o *yin e yang* da vida urbana: a civilização e a segurança da cidade estão justapostas à selvajaria e à estranheza do campo e da floresta. As desvantagens das cidades lotadas e insalubres são contrabalançadas pela fácil acessibilidade a florestas e campos.¹²

Quem é que alguma vez pensou num parque quando a natureza real e selvagem estava a um passeio de distância?

Se o imaginário urbano alemão era alimentado pelas florestas que circundavam as cidades, os ingleses tinham outro tipo de natureza selvagem com a qual a mente se podia banquetear. Um pântano não rentável na periferia da cidade de Londres, conhecido como Moorfields, que se estendia da muralha romana para norte, até Islington, e que ligava a um espaço ainda mais aberto em Finsbury Fields, era essencial para a vida urbana durante grande parte do século XVIII. Este pântano não drenado, cheio de caniçais, juncos e lírios do rio, era o lugar onde as pessoas da cidade — principalmente, os jovens londrinos — se juntavam para praticar desporto, jogos turbulentos, sexo, festividades, protestos, lutas, treinar tiro com arco e flecha e exercício. O monge William Fitzstephen, autor de *A Description of London*, descreveu os londrinos a patinarem no pântano gelado no final do século XII. Mais ou menos na mesma época, os jovens disputaram lá os primeiros jogos de futebol de que há registo, envolvendo centenas de pessoas que participaram em partidas tumultuosas e desordeiras.

Até ao século XIX, Londres era cercada por 12.211 hectares de terras comuns e charnecas a norte e oeste, e uma área quase idêntica a sul. Tal como as florestas, as pastagens e os pântanos forneciam fontes indispensáveis de energia — feno para as dezenas de milhares de cavalos que serviam de transporte. Grande parte do campo ao redor de Londres estava entregue a pastagens. Uma das extensões mais famosas, Hounslow Heath, espalhava-se por oito quilómetros de oeste de Londres para lá da aldeia de Heathrow, e abrangia mais de 2428 hectares de erva, tojo, giestas, urze e árvores. «Houve um tempo em que a charneca parecia infundável, estendendo-se de norte a sul... [e] para longe em direção ao horizonte.»¹³

A ecologia primitiva nativa das terras periféricas de Londres era a da floresta que havia crescido desde o fim da última Idade do Gelo. As charnecas — selvagens como pareciam — eram resultado da desmatção e do pastoreio. No entanto, apesar de tudo, estas enormes áreas de pastagens ácidas ligeiramente cultivadas forneciam um habitat excepcionalmente produtivo para gramíneas, líquenes, musgos, fungos, plantas herbáceas, pequenas flores silvestres, arbustos, insetos escavadores, pequenos mamíferos

e borboletas. Nas charnecas abundava o tojo, usado como fonte barata ou gratuita de lenha, juntamente com o feto e a urze, que eram usados para fazer telhados e os leitos dos animais. A estrada para sul de Londres «percorria uma bela charneca após a outra», uma «bela cadeia de áreas comuns» facilmente acessível a partir da cidade. O ambiente semisselvagem que rodeava Londres também providenciava um habitat para a «vida selvagem»: os salteadores usavam a cobertura que o tojo dava para se esconderem e assaltarem carruagens ao longo das estradas desertas.¹⁴

«No mês de maio... todos os homens, salvo impedimento, caminhariam para os prados doces e bosques verdes», escreveu John Stow sobre os londrinos do século XVI, «para lá regozijarem os seus espíritos com a beleza e o sabor das doces flores, e com o cantar dos pássaros, louvando a Deus na sua espécie.» Os limites das cidades em toda a Europa representavam não apenas lazer, mas também oportunidades. Os pobres das zonas urbanas dependiam de terras comuns e florestas para terem acesso a materiais de construção e lenha, bem como para apascentar os seus animais e forragear — questões primárias de sobrevivência, não apenas diversão. Nos pântanos da periferia de Nova Iorque, desde o século XVII até meados do século XX, caçadores urbanos capturaram ratos-almiscarados em pântanos como Flushing Meadows, em Queens, Jamaica Bay, em Long Island, e Fresh Kills, em Staten Island, vendendo as peles para aumentar os seus rendimentos miseráveis. Os pântanos forneciam caça e peixe para a panela, bagas, cogumelos e lenha. Na fronteira selvagem de Berlim no final do século XIX, muitos dos pobres que viviam na periferia em bairros de lata conseguiram sobreviver porque tinham vidas equilibradas entre o urbano e o rural. Os terrenos baldios nos subúrbios, criados pelo crescimento da cidade, tornaram-se de facto comuns para a coleta e a jardinagem de guerrilha.¹⁵

O que tornava Londres «gloriosa», na opinião do ensaísta Leigh Hunt, eram os seus «pastos verdejantes» muito próximos: «Lá temos campos; lá pode-se andar num terreno verdadeiro... e ter sebes, cercas, trilhos, ovelhas e bois e outras comodidades pastorais.» Aos fins de semana, até ao início do século XIX, os londrinos — os habitantes de Leipzig e os nova-iorquinos — saíam das metrópoles para os jardins de chá, tabernas e teatros na periferia rural. A fronteira entre a cidade e o campo era porosa. Thomas de Quincey capturou a proximidade da natureza e o seu papel como antídoto para a claustrofobia urbana quando escreveu sobre a alegria de caminhar pela Rua Oxford à noite e olhar para uma rua paralela «que se estende para norte através do coração de Marylebone até aos campos e bosques».¹⁶